

A REPRESENTAÇÃO DE LÚCIO CORNÉLIO SILA NA *HISTÓRIA ROMANA* DE APIANO DE ALEXANDRIA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE UM BOM DITADOR (SÉC. II D.C.)

Ana Teresa Marques Gonçalves*
Alice Maria de Souza**

RESUMO

A *História Romana* de Apiano de Alexandria foi escrita no final do século II d.C. e versa sobre os acontecimentos do período da Realeza e da República romana. Pela análise de alguns excertos da obra, nosso objetivo neste artigo é apresentar as indicações da provável opinião positiva do autor em relação a Lúcio Cornélio Sila, ditador no final do século I a.C. Apiano narra a trajetória de Sila de forma detalhada e com diversas pausas para reflexão dos fatos, e sua análise permite perceber a representação de Sila como um bom cidadão republicano, mais preocupado com a manutenção da ordem do que com a conquista de uma fama pessoal.

Palavras-chave: Apiano; Sila; República; ditadura; virtudes.

Lúcio Cornélio Sila viveu em um contexto de crise e protagonizou um dos importantes embates das Guerras Civis, iniciadas com a crise graqueana, que causaram o desarranjo das instituições da República romana e revelaram as fraquezas de um regime e de uma sociedade estáveis para uma cidade-estado, mas não para a manutenção de um império territorial. O último século da República é, em muitos sentidos, um momento decisivo na História de Roma por ser palco da substituição de valores tradicionais e de uma crise política que levou a cidade a ser dominada pelas tentativas de instauração de poderes pessoais (LE GLAY *et alli*, 1991, p. 125).

É inegável a importância de Sila para a história da crise final da República romana. Muitos estudos tentam interpretar seu caráter e suas intenções, além de justificar seus atos. Ele é constantemente apresentado pela historiografia como figura polêmica, descrito simplesmente como um homem excepcionalmente ambicioso (SANTANGELO, 2007, p. 34), tirano e déspota, ou como figura obscura que saiu da pobreza e

do anonimato para tornar-se o senhor de Roma. Géza Alföldy (1989, p. 95) caracteriza a ditadura de Sila como o primeiro passo do governo de Roma rumo à “monarquia”. Entretanto, existem estudos que analisam de forma mais complexa essa personagem. Harriet I. Flower (2010, p. 69), ao propor uma nova periodização para a história da República romana, considera a ditadura de Sila como a última das seis Repúblicas que existiram, sendo caracterizada como um novo sistema político em que havia o compromisso entre os membros do poder e pouca influência das divisões políticas no funcionamento da administração. Segundo esta interpretação, o que melhor diferencia a Nova República de Sila daquelas que a precederam seria seu assentamento na aplicação da legislação através de uma corte permanente formada por senadores e a pequena utilização do debate para o empreendimento de mudanças. Arthur Keaveney (2005, p.105) considera Sila um restaurador da República, que se empenhara, para tanto, na aplicação de leis que favoreciam o reordenamento do governo da República, abalado desde o Tribunato de Tibério Graco.

Este romano, neto de Cipião, o Africano, propôs, durante a sua Magistratura, uma reforma agrária e um projeto de alargamento da cidadania romana aos aliados itálicos, visando o apoio destes para sua inédita reeleição (ALFÖLDY, 1989, p. 91). Ambas as propostas desagradaram às altas camadas sociais, o que levou ao assassinato de Tibério. Estes conflitos entre a camada dirigente da sociedade romana, os itálicos e a plebe da cidade persistiram até o final do período republicano. Ao longo das disputas, dois grupos opostos ou facções políticas se formaram: os *optimates* e os *populares*, sendo o primeiro defensor da hegemonia dos patrícios e da autoridade do Senado sobre as assembleias; e o segundo, composto também por aristocratas, defendia a ideia de que o governo da cidade era papel dos magistrados, especialmente dos Tribunos (SHOTTER, 2004, p. 37), e preconizava a solução da questão agrária e a adoção de medidas favoráveis aos itálicos (ALFÖLDY, 1989, p. 93).

Durante a Guerra Social, estes dois grupos se uniram para defender a hegemonia de Roma. Nesse conflito, Mário, que era partidário dos *populares*, lutou pela segunda vez ao lado de Sila, sempre associado aos *optimates*. Suas severas leis contra a traição, que visavam restabelecer a autoridade senatorial, associadas à sua busca por aumentar o número de senadores, a diminuição do poder tribunicio e as proscricções de inimigos são justificativas para esta vinculação. Entretanto, logo após o fim

do conflito com os aliados itálicos, as disputas internas entre as duas facções reiniciaram-se, tendo como figuras centrais Mário e Sila que, ao final destes embates, tornou-se ditador. A ditadura, na Roma antiga, consistia um estado de exceção necessário em tempos de crise; o ditador era escolhido para restabelecer a ordem no prazo máximo de seis meses e, então, devolver o governo da cidade aos cônsules (CRAWFORD, 1981, p. 105). Entretanto, a ditadura silana, segundo os documentos antigos, não tinha data de término preestabelecida. Isto pode indicar o quanto o conflito havia afetado a administração pública e incita ainda hoje muitos estudos sobre a figura do ditador e de seu contexto.

Ao longo de toda a história de Roma, a participação na vida política pelo acesso às magistraturas não consistia apenas em uma carreira, pois era também geradora de estatuto, determinando a influência, o poder e a dignidade do cidadão, modelando e organizando, em grande medida, a vida social sobre a qual prevalecia. O homem político romano, o cidadão, tinha sua existência balizada por três principais fundamentos: as qualificações censitárias, a obrigação do serviço militar e a determinação do estatuto social pelas honras políticas (NICOLET, 1992, p. 44-6).

Esta forma de pensar e organizar a vida pública permaneceu como gabarito utilizado para avaliar o desempenho dos magistrados durante séculos, compondo o *mos maiorum*, juntamente com o *cursus honorum*. Com base nesta tradição, era considerado bom cidadão aquele que, no exercício de sua magistratura, colocava os interesses da cidade acima dos próprios e que lutava para manter a tradição e a ordem. Também era valorizada a luta contra o mau cidadão, aquele que se desviava do comportamento correto em nome de interesses pessoais. Para caracterizar o comportamento ideal do cidadão, os romanos atribuíam as virtudes (*virtutes*) a seus pares, sendo estas um valor público que devia ser exibido e também podia ser testado e perdido (o que equivalia à morte político-social do cidadão) (McDONNELL, 2006, p. 2). Muitos desses ideais morais e políticos, tais como a conveniência, a dignidade, a lealdade, a piedade e a autoridade, consistiam em categorias utilizadas nesta análise/julgamento do homem romano, das quais este tinha consciência e as quais ele utilizava como baliza de seu comportamento.

Monumentos e inscrições que homenageiam os grandes feitos de cidadãos ilustres nos permitem acessar essa organização do pensamento político romano, mas também perceber este comportamento pelo silêncio

– voluntário ou determinado por lei – em relação a algumas figuras. Importantes informações sobre isto também podem ser extraídas das fontes documentais. Muitos autores antigos amarram, em suas narrativas, sua análise à descrição dos fatos passados, comumente permeada pelo reconhecimento das virtudes nos sujeitos das ações.

Inserido nesse sistema de qualificação dos cidadãos, Sila não deixou de ter suas qualidades mensuradas tanto em seu contexto, quanto nos séculos seguintes, fato que podemos perceber por intermédio da leitura de documentos dos séculos I e II d.C., como, por exemplo, aquele escrito por Apiano de Alexandria, cuja obra exemplifica este tipo de escrita permeada pelo juízo de valor de seus autores e consiste na narrativa do longínquo passado de Roma, abarcando desde a época da Realeza até os últimos anos das Guerras Civis. Nosso objetivo, neste artigo, é apresentar as indicações da provável opinião do autor em relação ao ditador. Apiano de Alexandria narra a trajetória de Sila de forma detalhada e com diversas pausas para análise dos fatos; ele não explicita seu posicionamento em relação à personagem, mas podemos extrair-lo de algumas passagens de sua narrativa.

Por não ter chegado até nós sua autobiografia,¹ para escrever sobre a vida de Apiano de Alexandria, a historiografia moderna utiliza como fontes sua autoapresentação no prólogo da *História Romana* e a produção epistolar endereçada a Frontão,² preceptor de Marco Aurélio (SANCHO ROYO, 1985, p. 07) e seu amigo (In: FRONTO. *Correspondence*, CXXXII, 2).

Apiano nasceu em Alexandria, no Egito, provavelmente nos últimos anos do governo de Domiciano (81-96 d.C.) (GRANT, 1996, p. 98). Ao longo de sua vida, desempenhou altos cargos administrativos em sua cidade natal; durante o governo de Adriano foi advogado em Roma, provavelmente na qualidade de *advocatus fisci*, ou advogado do Tesouro Imperial. Na velhice, por intercessão de Frontão, Apiano foi nomeado para o cargo de procurador imperial, provavelmente na província do Egito (GRANT, 1996, p. 98). No epistolário do preceptor de Marco Aurélio, encontramos uma carta³ endereçada a Antonino Pio que nos esclarece muito sobre o assunto. O autor também foi *Procurator Augustorum* dos imperadores Marco Aurélio e Lúcio Vero (SANCHO ROYO, 1985, p. 8-9). Entretanto, podemos inferir, pela leitura da carta endereçada a Antonino Pio, que foi este imperador quem nomeou Apiano para tal cargo, pois Frontão afirma isto claramente: “o momento em que vós destes a Apiano

a Procuradoria pelo meu pedido [...]”⁴ (In: FRONTO. *Correspondence*, CXXXII, 2). A interferência de Frontão nesta ocasião deve ter sido necessária porque os magistrados que ocupavam as Procuradorias eram membros da ordem senatorial, da qual Apiano não fazia parte. Ele possuía a cidadania romana e o título equestre cedidos por Adriano (SANCHO ROYO, 1985, p. 09), provavelmente conseguidos graças à nova forma de recrutamento equestre que este imperador implantara.⁵

No prefácio de Apiano, os cargos são postos à frente, como uma qualificação para escrever a história, mas são claramente ornamentais: “[...] sou Apiano de Alexandria, homem que alcançou os mais altos postos em sua pátria e que atuou como defensor nos Tribunais de Roma no tempo dos Imperadores, até que lhe concederam o cargo de seu Procurador” (APIANO, *História Romana I*. Prólogo, 15). A menção a cargos e outras honras não tem utilidade na investigação demandada pela história, servindo apenas para a promoção do *status* social do narrador (MARINCOLA, 2004, p. 146). Nesta autodescrição, o objetivo de Apiano poderia ser demonstrar sua estreita vinculação com o poder e sua longa carreira política, pois era comum que os historiadores antigos apresentassem sua decisão em escrever a história usando a face “pública”, enfatizando a grandeza dos fatos e a seriedade de seus objetos. Embora dissessem algo sobre suas motivações pessoais, esta decisão privada era apresentada como benéfica para os indivíduos e o Estado (MARINCOLA, 2004, p. 62). Além disso, como em sua obra Apiano narra fatos distantes de seu contexto, o empenho em se apresentar como homem acostumado a tarefas públicas era um aval de sua capacidade para interpretar os fatos de um passado informado por documentos anteriores.

Sobre a vida pessoal de Apiano, não sabemos quase nada, e a única informação desta natureza a que temos acesso advém das cartas de Frontão. Na mesma carta em que pediu a Antonino Pio o cargo para Apiano, Frontão alude à ausência de filhos do amigo: “[...] há a idade, há a falta de herdeiros que chama por consolações para aliviá-la” (In: FRONTO. *Correspondence*, CXXXII, 2). Assim, o amigo de Apiano defende que sua nomeação como procurador imperial serviria para acalantar sua velhice solitária. A data de sua morte é incerta. Supõe-se que ele tenha morrido em 165 d.C.; mas, segundo Michael Grant (1996, p. 99), Apiano viveu até pelo menos 180 d.C., tendo finalizado seu trabalho algum tempo antes.

Não podemos situar a vida de Apiano de Alexandria no decorrer do governo de apenas um imperador. Ele, segundo a historiografia, recebeu a cidadania e o título equestre das mãos de Adriano e o cargo de procurador imperial no período de Antonino Pio, tendo provavelmente desempenhado essa função durante o governo colegiado de Marco Aurélio e Lúcio Vero. Assim, podemos afirmar que a trajetória de Apiano acompanhou a evolução da dinastia dos Antoninos. Além disso, Apiano participou de um mundo bilíngue em que o estabelecimento de identidade era quase sempre duplo e abarcava o lado ocidental-latino e o oriental-grego, cuja influência na cultura romana estava em franco crescimento.

É difícil afirmar em que época Apiano escreveu sua *História*. No prólogo da obra, há duas referências temporais: “Desde a instauração dos Imperadores até nossos dias são quase duzentos anos” (APIANO. *História Romana I*. Prólogo, 7) e “Por outro lado, a duração dos Impérios Assírio, Medo e Persa [...], considerada em conjunto, não chegaria aos novecentos anos, topo a que chegaram os romanos na época atual” (APIANO. *História Romana I*. Prólogo, 9). Com base na análise destas referências temporais, Sancho Royo (1985, p. 12-3) afirma que Apiano escreveu entre 160 e 165 d.C. Podemos afirmar que a obra, ou pelo menos o seu prólogo, foi escrito após o período entre 157 e 161 d.C. Esta é a provável data da carta de Frontão para Antonino Pio, requisitando o cargo de procurador para Apiano, a qual o autor faz menção em sua autoapresentação. Entretanto, Gregory S. Bucher (2000, p. 415-8) demonstra que a data de composição é incerta. Ele afirma que Apiano pode ter escrito por muitos anos entre 150 e 167 d.C. ou, até mesmo, para além deste período.

A *História Romana* de Apiano⁶ não figura nas listas das principais produções deste período. Entretanto, sua composição apresenta características que a tornam peculiar, principalmente no que diz respeito ao modelo utilizado em sua construção, e pelo fato de que, no século II d.C., ele escreveu uma obra que narra a história de Roma desde sua fundação até a morte de Sexto Pompeu, em 35 a.C., ocorrida pouco depois da divisão do Império entre Antônio e Otávio (SANCHO ROYO, 1985, p. 10-3). No prólogo da obra, o autor assim justifica seu trabalho:

E levei a cabo esta tarefa com cada povo, no desejo de aprender com exatidão as relações dos romanos com cada um, a fim de compreender a debilidade dos mesmos, ou sua capacidade de resistência; de outro lado, o valor e

boa fortuna de seus conquistadores ou qualquer outra circunstância fortuita que produziu (APIANO. *História Romana I*. Prólogo, 12).

Trata-se de uma história de Roma e, mais ainda, da gestação da grandeza a que chegou Roma desde suas origens humildes, sendo este o centro de gravitação de todo o acontecer histórico. Assim, são narradas as conquistas dos diferentes povos empreendidas por Roma, até chegar a se tornar a dona do mundo conhecido. O primeiro livro, “Da realeza”, diz respeito ao período dos reis, e, ao iniciar sua obra neste ponto, Apiano parece ter desejado delinear as virtudes romanas desde o início mítico de sua história; os livros restantes contemplam estas virtudes da República até o Principado. Disto resulta a conclusão de que Apiano pensava que as virtudes eram parte fundamental do caráter romano, não condicionadas pelo modo de governo, nem erradicadas ou suprimidas pela guerra civil (BUCHER, 2000, p. 430).

A obra foi escrita em grego; compunha-se de 24 livros⁷ dos quais doze sobreviveram completos,⁸ e outros seis, em fragmentos.⁹ A primeira parte de *História Romana* trata da fundação de Roma e de suas guerras com outros povos, e, para a organização desta narrativa, Apiano utilizou não o método cronológico, mas sim o etnográfico, cuja referência foi a cidade de Roma: “as guerras estrangeiras sustentadas com povos diferentes encontram-se divididas em livros, em razão do povo com que foram sustentadas” (APIANO. *História Romana I*, Prólogo, 15).

Esta primeira parte, que abarca o livro I da *História Romana*, compõe-se de 12 livros, dos quais apenas seis não nos chegaram fragmentados. É difícil estabelecer os motivos que levaram Apiano a construir sua História nesta perspectiva etnográfica, e com este objetivo, há várias hipóteses: desejo de imitar algum modelo precedente,¹⁰ condicionamento do próprio material histórico, pelo fato de Apiano não ser historiador de ofício, pela incapacidade de o autor organizar as informações das diferentes fontes de forma cronológica, ou mesmo pela influência do exercício da advocacia em sua concepção da história de Roma compartimentada, estanque, como um advogado defende cada caso isoladamente (SANCHO ROYO, 1985, p. 12).

No entanto, este modelo etnográfico é rompido na narrativa das Guerras Civis,¹¹ das quais se ocupa a maior parte da obra. Então, a ordem cronológica é adotada, e são narradas as lutas internas desde o Tribunato

de Tibério Graco até o Segundo Triunvirato. Os livros das *Guerras Civis* descrevem os resultados das perturbações da República e a emergência do Principado, graças à destruição de todos os rivais do poder (BUCHER, 2000, p. 434): “Assim, o Estado romano passou das lutas civis de diversos tipos à harmonia e à monarquia¹²” (APIANO. *História Romana II. Guerras Civis I*, 6).

É evidente que para a composição da obra, por serem os fatos narrados temporalmente distantes do autor, foi necessária a utilização de fontes escritas. Mas estabelecer quais foram os documentos utilizados por este autor é uma tarefa difícil, porém necessária. Apiano usou múltiplas categorias de fontes: conhecimento geral, memória e notas – cuja leitura na preparação para a composição provavelmente foi facilitada pelos escravos-assistentes – e fontes diretas (BUCHER, 2000, p. 415). O autor, ao longo da narrativa, cita uma série de autores que, pela forma como aparecem mencionados, podem ser apontados como suas fontes em menor ou maior grau.¹³ Há também certo número de autores, tais como Rutilio Rufo e Terêncio Varrão que, apesar da menção a seus trabalhos históricos, são citados por sua participação ativa em determinados acontecimentos.¹⁴ Apesar de ser difícil estabelecer as fontes utilizadas em *História Romana*, podemos afirmar que Apiano, para escrevê-la, se serviu de obras gregas e romanas, além das memórias de campanha (para nós perdidas) dos participantes diretos de alguns fatos (como os registros de César e Otávio Augusto), e de documentos oficiais disponíveis em registros e arquivos, cujo acesso era possível por ser o autor um funcionário imperial (SANCHO ROYO, 1985, p. 15-6).

Apiano, por ter atuado em Roma, conhecia bem e era fluente em latim, língua claramente essencial para qualquer um, de qualquer nível, desempenhar uma função pública (MILLAR, 2007, p. 89). Entretanto, o próprio autor alude à dificuldade em traduzir as fontes escritas em latim para o grego, língua em que escreveu sua *História Romana*: “[...]. Tal era o texto da proscrição na medida em que pude traduzi-lo para a língua grega (APIANO. *História Romana III. Guerras Civis IV*, 11)”. A produção da obra em grego pode ser justificada pelos tipos e naturezas das audiências que existiam no tempo de Apiano. Havia três públicos leitores: um versado em grego, um em latim e um outro em ambos. Este último era o mais influente, uma vez que todos os educados e poderosos romanos sabiam grego, enquanto alguns gregos ricos ou possíveis patronos sabiam latim

(RUSSELL, 2002, p. 1). Além disso, em sua época, a literatura grega, tanto em prosa como em verso, estava florescendo, diferentemente da latina, pois nenhum nome latino é destaque então, com exceção dos primeiros escritores cristãos, Tertuliano (155-222 d.C.) e Cipriano (início do século III d.C.) (RUSSELL, 2002, p. 1).

Apesar de o latim permanecer como língua oficial da administração imperial (MILLAR, 2007, p. 84), a cultura grega possuía um caráter elitista que a tornou um eficiente instrumento para o processo de manutenção da ordem imperial e de promoção social das elites, conscientemente apoiado e incentivado pelos imperadores, sobretudo a partir do século II d.C. Em outros termos, independente de sua origem, qualquer um podia tornar-se grego. Isto porque a Segunda Sofística construiu esta identidade a partir de algumas criações próprias, tais como uma língua culta e artificial e uma memória comum a todos os gregos (GUARINELLO, 2009, p. 154-5). Assim, no século II d.C., para ser identificado como membro da elite imperial romana era necessário compartilhar da memória grega e dominar o idioma grego. Desta forma, Apiano escrevia para a elite e se identificava com ela, pois, mesmo sendo africano em sua origem e participando da administração imperial – cujo idioma oficial era o latim –, escreveu sua obra histórica em grego.

O estilo geral da escrita de Apiano é claro e simples, mas, às vezes, contagia-se de um caráter sintético de conteúdo e conciso na escrita; ao longo da narrativa, também encontramos muitos discursos – os quais constituem, do ponto de vista estilístico, traço valioso da obra –, fato que é uma constante na historiografia greco-latina.¹⁵ Em alguns de seus discursos, podem-se apreciar certo artifício e efeito retórico, mas isto não significa que exista apenas uma roupagem formal e vazia de conteúdo. Os discursos que encontramos nos livros sobre as Guerras Civis, por exemplo, demonstram uma intencionalidade a serviço da ótica sob a qual o autor trata os acontecimentos que narra.¹⁶ A linguagem utilizada por Apiano, assim como seu frequente emprego de discursos, ecoa seu conhecimento dos historiadores clássicos (GRANT, 1996, p. 100). Além disso, por escolha do autor, o texto não apresenta rigor cronológico, o que é justificado no prólogo: “pareceu-me supérfluo informar a data de todos os fatos e só mencionarei a dos mais destacados por período de tempo” (APIANO. *História Romana I*. Prólogo, 13). Ao longo da obra, também aparecem apontamentos pessoais feitos por Apiano. Estes são de diferentes tipos e

de difícil delimitação: às vezes, estabelecem uma comparação entre os fatos descritos e sua época; ou são apreciações pessoais ou juízos subjetivos do autor sobre um fato; ou mesmo explicações de notícias isoladas e exposição clara de suas ideias (SANCHO ROYO, 1985, p. 20).

Esta característica da obra a tornou muito interessante para este trabalho, pois podemos inferir que o posicionamento de Apiano em relação a Sila diverge de parte daquele apresentado pela tradição historiográfica, que identifica Sila como um ditador sanguinário e violento. Apiano parece considerar o ditador como um bom cidadão, compromissado com o restabelecimento da ordem e com o respeito às tradições, como procuraremos demonstrar.

O autor descreve toda a trajetória de Sila nas guerras contra povos vizinhos e na Guerra Social, exaltando sua qualidade como soldado, e, no capítulo 55 do livro II de *História Romana*, apresenta o conflito entre ele e Mário como a origem das disputas entre grupos políticos cujo prêmio era a pátria, ou seja, a Guerra Civil. Tal conflito se originou, segundo o autor, da disputa entre o cônsul Sila, que foi escolhido por sorteio para liderar a guerra contra Mitridates, e Mário que, vislumbrando grandes lucros ao final deste conflito, induziu, com muitas promessas, o tribuno da plebe, Públio Sulpício, a ajudá-lo a substituir Sila na liderança (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 55). Com a intenção de utilizar os novos cidadãos itálicos na guerra, através do tribuno, Mário deu-lhes a esperança de terem mais poder nas eleições, matéria cuja votação foi impedida pelos cônsules Sila e Quinto Pompeu, que perceberam a tempo o perigo de tal modificação e decretaram um *iustitium*¹⁷ (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 55). Seguiram-se conflitos na Assembleia dos quais os cônsules fugiram, tendo Sila se dirigido para Cápuia, para encontrar-se com seu exército e marchar para a Ásia. O tribuno Sulpício anulou o *iustitium*, ratificou a lei e elegeu Mário para liderar a guerra contra Mitridates (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 56).

Ao saber do acontecido, Sila decidiu que o assunto deveria ser resolvido por meio da guerra. Convocou o exército a uma assembleia na qual conseguiu o apoio dos soldados para uma guerra contra Mário (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 57). Ao longo do relato desses confrontos entre Mário e Sila, Apiano apresenta a ambição como motivadora das ações do primeiro e nobres intenções para as do segundo. Segundo o autor, Sila, questionado por vários mensageiros que iam ao seu encontro

sobre o que o levava a marchar contra Roma, respondeu a todos: “[...] para libertá-la dos tiranos” (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 57). Nos capítulos 57 a 59, Apiano descreve a invasão de Roma, na qual Sila avançou com o aspecto de um inimigo (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 58) e teve o apoio de seu colega consular. Sobre o embate das tropas de Sila com as de Mário, o autor faz a seguinte análise:

pela primeira vez em Roma, teve lugar um combate entre inimigos, não com o aspecto de uma sedição, mas segundo o costume da guerra. A tal extremo de perigo chegaram os romanos pela falta de solução de suas lutas internas (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 58).

Podemos perceber que o autor tinha consciência do quanto este fato consistia em uma transgressão da ordem e de quais eram seus motivadores. Contudo, parece uma medida necessária em meio a um momento de exceção.

Durante a assembleia realizada após a tomada da cidade, os vencedores do conflito estabeleceram algumas mudanças no governo que, segundo eles, lamentavelmente, “havia sido entregue desde muito tempo aos demagogos”, o que criou a necessidade de agirem desta maneira, justificando, assim, suas ações (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 59). Entre estas mudanças, podemos citar a prévia aprovação pelo Senado de toda matéria que seria levada à votação popular e o retorno da votação por centúrias (e não mais por tribos), cujo efeito é assim explicado por Apiano: “[...] as votações, não estando mais nas mãos dos pobres e desenfreados, mas sim nas dos ricos e prudentes, não seriam mais o foco de sedições” (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 59).

Além disso, diminuíram as atribuições dos tribunos da plebe “que se tinham tornado excessivas” e renovaram a lista do censo senatorial, inscrevendo 300 dos melhores cidadãos (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 59). Seguiram-se proscricções de Sulpício, Mário e de seus partidários por terem provocado as sedições e combatido contra os cônsules. Muitos foram mortos, mas Mário conseguiu fugir, refugiando-se no norte da África (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 60-62) Assim, podemos perceber que, de acordo com o relato de Apiano, os atos de Sila, desde a invasão de Roma, foram motivados não pela busca de poder pessoal, mas pela necessidade de restaurar a tradição e a ordem, chegando-se a este resultado graças ao domínio dos tribunos da plebe e

pela perda de poder do Senado – prontamente restaurado ao modificar-se a forma de votação. Isto pode ser percebido na seguinte passagem do texto de Apiano:

Em Roma, Sila, que foi o primeiro a se apoderar da cidade com as armas, e teria podido, talvez, exercer o poder absoluto, uma vez que rechaçou seus inimigos, desistiu voluntariamente da violência e, depois de enviar o exército para Cápua, voltou a assumir o poder consular (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 63).

Após vencer a Guerra Mitridática, consciente de que Roma havia sido dominada por Mário e por seus partidários, Sila, segundo o autor, escreveu-lhe uma carta “em tom arrogante”, em que enumerou todos os seus feitos, enfatizou o fato de ter acolhido inúmeros cidadãos expulsos de Roma por Cina, além de ter sido declarado inimigo público, ter tido seus bens destruídos, familiares e amigos assassinados. Por tudo isso, ao fim da missiva, Sila declarava que marcharia como vingador de todos e da cidade inteira contra os culpados (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 77). Deste modo, percebemos que, conforme Apiano, Sila justificou as duas invasões a Roma que liderou de maneiras diferentes: a primeira tinha como objetivo libertar a cidade dos excessivos poderes tribunícios; já a segunda foi motivada pela necessidade de vingança em nome da cidade e pelos crimes que Mário e seus partidários cometeram. Era uma constante, no mundo romano, a autodenominação vingador para justificar as ações dos indivíduos contra grupos rivais,¹⁸ costume que permaneceu ao longo dos séculos, tendo-se proclamado Septímio Severo vingador de Pertinax no final do século II d.C.

O respeito à tradição também está presente na forma como ele tornou-se ditador, após invadir Roma pela segunda vez. Segundo Apiano, Sila já detinha um poder real, conseguido pela força e violência, mas necessitava parecer ter sido eleito. Assim, retomando a prática dos tempos monárquicos para a escolha de um novo rei, Sila organizou, primeiramente, a eleição de um *interrex*¹⁹ (pois os últimos cônsules eleitos foram mortos em batalha), tendo-se retirado da cidade para isto. Ao eleito, Valério Flaco, remeteu uma carta ordenando que fizesse chegar ao povo sua opinião, segundo a qual a ditadura, naquele momento, seria útil à cidade, e aconselhando que este cargo tivesse vigência determinada ou fosse mantido até que se restabelecesse a paz. Ao final da carta, Sila revelou que se julgava útil à cidade nesta conjuntura. (APIANO, *História Romana* II.

Guerras Civis I, 98-9). Assim, Sila teria legitimado, pelo respeito à tradição, o poder que conseguira pela força.

Apiano também nos informa sobre a repercussão desta proposta entre os cidadãos:

E os romanos, contra a sua vontade, mas não podendo celebrar uma eleição conforme a lei e julgando que o assunto, em seu conjunto, não dependia deles, receberam com alegria, em meio a sua total penúria, o simulacro de eleição com uma imagem externa de liberdade e elegeram Sila como ditador pelo tempo que quisesse (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 99).

Nesta análise, Apiano demonstra o quanto este quadro pareceu crítico para o autor do século II d.C. Afinal, segundo ele, mesmo contra sua vontade (ou seja, contra os costumes e a tradição), os romanos aceitaram a eleição por causa da gravidade da conjuntura em que viviam e reconheciam em Sila a capacidade para restabelecer a ordem. Para o Alexandrino, este fato também indicou que os romanos, depois de serem governados por reis e cônsules, ao não estabelecerem o limite da magistratura de Sila, “ensaíaram um novo sistema monárquico” (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 99).

Ao longo de sua ditadura, Sila, para manter a aparência de respeito à tradição, cuidou para que fossem eleitos cônsules, que estavam subordinados ao ditador. Este realizou várias reformas que reorganizaram o *cursus honorum*, diminuíram o poder da assembleia do povo e aumentaram o poder do Senado. A principal destas medidas impedia que um tribuno pudesse exercer qualquer outra magistratura, e Apiano não diz com exatidão quando se transferiu o cargo tribunicio para o Senado, cujo número de membros foi aumentado mediante recrutamento dos cavaleiros mais destacados (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 100). Assim como aquelas mudanças que Sila implementou no governo romano quando invadiu a cidade pela primeira vez, suas reformas ao longo da ditadura também objetivaram o restabelecimento do poder do Senado e a diminuição das atribuições dos cargos populares.

Sila, segundo o autor, foi muito ousado e afortunado, veemente e capaz de tudo, pois designou-se cidadão privado e deixou o poder sem medo, recusou sua guarda pessoal e deu explicações sobre seus atos a qualquer pessoa que lhe pedia; retirou-se para o campo, morrendo pouco tempo depois, aos 70 anos de idade (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 104-5). Seus funerais foram motivo de discórdia entre

os seus partidários – que queriam dar-lhe um grande funeral às expensas do Estado – e os seus opositores, vencidos nesta questão (APIANO, *História Romana II. Guerras Civis I*, 105). Sila recebeu funerais públicos dos quais, segundo Apiano (*História Romana II. Guerras Civis I*, 106), todos participaram consternados pela perda; e os inimigos do morto, também presentes na ocasião, temiam seu corpo sem vida. O orador mais eloquente de então pronunciou o discurso fúnebre, e os Senadores carregaram o corpo de Sila até o Campo de Marte, “lugar em que só os Imperadores recebem sepultura” (APIANO, *História Romana II. Guerras Civis I*, 106).

A apreciação da qualidade de um cidadão era parte importante na vida política romana. Todo aquele que votava e podia ser votado para desempenhar cargos públicos buscava associar à sua figura qualidades que o faziam ser reconhecido como digno da magistratura. Esta forma de qualificar o cidadão sobreviveu aos séculos e às mudanças na estrutura do governo romano, mais do que isso, ela se adaptou às transformações ocorridas. Consideramos que o autor percebia o ditador romano como um cidadão virtuoso que lutou para defender a cidade daqueles que ameaçavam a ordem, cumprindo, assim, seu dever de defender a tradição, o *mos maiorum*. A opinião de Apiano sobre o comportamento de Sila difere largamente daquela emitida por autores contemporâneos dos primeiros anos do Principado, como Veléio Patérculo,²⁰ por exemplo. Em sua obra, Sila é caracterizado pela crueldade sem limites que vitimou a cidade, principalmente quando ele se tornou ditador (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*. 28). Assim, percebemos que, se para Apiano o comportamento de Sila correspondeu àquele esperado de um bom cidadão, para Veléio, isto não aconteceu, provavelmente porque no início do século I d.C. a conduta do ditador não podia ser associada às virtudes de um cidadão exemplar.

Este posicionamento diverso de Apiano diante do passado pode ser explicado pelo fato de o governo imperial encontrar-se absolutamente legitimado como mantenedor da unidade e da paz no século II d.C. Apiano de Alexandria, portanto, buscou validar o comportamento de Sila, demonstrando sua dedicação à cidade e a necessidade de criação de um governo ditatorial pela desordem político-militar do período em que este se constituiu. Desta forma, a imagem de Sila, forjada por Apiano, é bastante positiva, como procuramos demonstrar. A distância temporal existente entre a ditadura silana e a sua representação por Apiano no período antonino auxilia a explicar a positividade dada à representação de Sila e

de suas ações perante o Império territorial conquistado pelos romanos. Mas devemos destacar também a seleção de conteúdo feita por Apiano, que permitiu que ele justificasse em sua obra as opções silanas e produzisse uma representação de Sila que o aproximou da imagem de um bom cidadão republicano, preocupado com a manutenção das instituições e mais interessado no bem da *res publica* do que na conquista da glória, da fama e da *existimatio*.

ABSTRACT

The *Roman History* of Appian of Alexandria was written in the late second century AD and deals with the events of the period of Royalty and the Roman Republic. For the analysis of some excerpts of the work, our goal in this article is to present the indications of the likely positive opinion of the author in relation to Lucius Cornelius Sulla, dictator at the end of the first century BC Appian tells the story of Sulla in detail and with numerous breaks reflection of the facts and its analysis allows us to understand the representation of Sulla as a good republican citizen, more concerned with maintaining order than with the achievement of personal fame.

Keywords: Appian; Sulla; Republic; dictatorship; virtues.

NOTAS

* Professora Associada II de História Antiga e Medieval na UFG. Doutora em História pela USP. Coordenadora do LEIR-GO. Bolsista Produtividade II do CNPq.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, sob a orientação da Profª. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. Bolsista CAPES.

¹ Sabemos da existência desta autobiografia graças a uma referência feita a ela por Apiano: “E se alguém tem um interesse especial em saber mais a respeito de minha pessoa, existe um escrito meu sobre estas questões” (APIANO. *História Romana I*. Prólogo, 15).

² Marco Cornélio Frontão (100-166/167 d.C.) nasceu na Numídia e alcançou muita influência literária em sua época; era um jurista eminente e famoso orador no Senado. Foi nomeado como um dos tutores de Marco Aurélio por Adriano em 138 e reafirmado neste cargo por Antonino Pio (GRANT, 1996, p. 84-5).

³ Frontão inicia esta carta, escrita entre 157 d.C. e 161 d.C., lembrando que Antonino Pio já havia atendido a um pedido seu: “vós promovestes rapidamente, a meu pedido, à dignidade de um cavaleiro romano, *Sextius Calpurnius*, que dividiu comigo o privilégio de duas Procuradorias” (In: FRONTO. *Correspondence*, CXXXII, 1). Em seguida, ele diz que por dois anos esteve pedindo por Apiano, que desejava o cargo

de Procurador “para realçar sua dignidade na velhice [...] e não por ambição ou cobiça pelo salário de Procurador” (In: FRONTO. *Correspondence*, CXXXII, 2).

⁴ Todas as passagens dos documentos trabalhados neste artigo, tanto em grego quanto em latim, foram traduzidas pelas autoras.

⁵ A partir de Adriano, funcionários imperiais que, depois de desempenharem a função de advogado do fisco, conseguiam sua primeira Procuradoria e entravam para a Ordem Equestre. Esta terceira via de acesso criada por Adriano distingue-se daquelas demais (censo equestre e carreira militar, e pela hereditariedade) pela exceção do serviço militar. Era um meio fácil e agradável aos intelectuais e aos notáveis de língua grega (pois o latim era obrigatório no exército) (PETIT, 1974A, p. 190).

⁶ A *História Romana* de Apiano é fonte principal ou exclusiva para alguns fatos, como as guerras celtíbero-lusitanas e seu episódio final da tomada de Numância. Também é muito valioso seu relato da Terceira Guerra Púnica, em especial sua narrativa sobre o assédio e a destruição de Cartago, fato para o qual é nossa principal fonte. O livro I das *Guerras Civis* também é muito importante para os estudos desta etapa da História (SANCHO ROYO, 1985, p. 23). E os cinco livros que narram as guerras do fim da República constituem o melhor relato sobrevivente sobre este período (133 a.C.-35 a.C.) (BUCHER, 2000, p. 142).

⁷ Foram perdidos, no decorrer dos séculos, seis livros intitulados “Sobre a Hélade”, “Sobre a Jônia”, “Sobre o Egito”, “A Hecatontecia”, “Sobre a Dácia” e “Sobre Arábia” (SANCHO ROYO, 1985, p. 35-6).

⁸ Os livros “Sobre Ibéria”, “A Guerra de Aníbal”, “Sobre África”, “Sobre Ilíria”, “Sobre Síria”, “Sobre Mitriades”, além dos cinco livros sobre as *Guerras Civis* e do Prólogo, são aqueles que nos chegaram completos.

⁹ Os livros que nos chegaram fragmentados são: “Da Realeza”, “Sobre a Itália”, “História Samnita”, “História da Gália”, “Sobre Sicília e outras Ilhas” e “Sobre Macedônia”.

¹⁰ Heródoto é o mais antigo e ilustre precedente do método etnográfico, que logo se impôs entre os grandes historiadores gregos e romanos, até chegar aos analistas o método cronológico.

¹¹ A narrativa das *Guerras Civis* está disposta nos livros II e III de *História Romana*, que apresentam o subtítulo de *Guerras Civis*, com base no qual são organizados os cinco livros que tratam destas lutas internas. Os livros I e II das *Guerras Civis* compõem o livro II de *História Romana*, cujo livro III é composto pelos livros III, IV e V das *Guerras Civis*.

¹² É importante salientar que Apiano utiliza o termo monarquia para se referir ao governo imperial romano porque, de acordo com a definição grega, esta palavra se referia ao poder centralizado em um só homem, e não ao governo centralizado em uma realeza. Para aludir a este tipo de organização governamental, o grego utilizava o termo *basileía*.

¹³ Estes são Políbio – “Ao ser interrogado por Políbio em uma conversa familiar [...]” (APIANO. *História Romana I*. Sobre África, 132) – e Paulo Cláudio: “os tigurinos anteriormente venceram um exército romano mandado por Pisão e Cássio [...], segundo

testemunha Paulo Cláudio em seus anais” (APIANO. *História Romana I. A História da Gália I, 3*). Também Jerônimo de Córdia – “Entretanto, Jerônimo afirma que nem sequer entrou em contato com estes em absoluto [...]” (APIANO. *História Romana I. Sobre Mitriades, 8*) – e Asínio Polião: “[...] mas Asínio Polião, que foi um dos oficiais de César nesta batalha, relata que foram levados seis mil cadáveres pertencentes aos homens de Pompeu” (APIANO. *História Romana II. Guerras Civis II, 82*). Júlio César é citado em mais de uma passagem ao longo da obra: livro sobre a Gália – “Mas César, em seu próprio diário, afirma que [...]” (APIANO. *História Romana I. A História da Gália XVIII*) – e no relato sobre as Guerras Civis: “Alguns elogiam esta ordem de Pompeu como a melhor ante uma manobra de envolvimento, mas César a censura em seus escritos” (APIANO. *História Romana II. Guerras Civis II, 79*). Apiano também menciona os escritos de Augusto: “[...] e nem sequer nos comentários do segundo César, chamado Augusto, pude encontrar algum dado histórico mais antigo acerca dos panonianos” (APIANO. *História Romana I. Sobre Ilíria, 14*).

¹⁴ Terêncio Varrão estava nas listas dos proscritos do Primeiro Triunvirato: “Varrão era um filósofo e historiador, e um bom soldado e general, e talvez por estas razões foi proscrito como inimigo da monarquia” (APIANO. *História Romana III. Guerras Civis IV, 48*). Rutilio Rufo foi Tribuno Militar de Cipião: “Cipião ordenou a Rutilio Rufo, historiador e, naquele momento, tribuno militar, que tomasse quatro corpos de cavalaria [...]” (APIANO. *História Romana I. Sobre Ibéria, 88*).

¹⁵ O emprego de discursos na narrativa histórica era uma prática universal entre os historiadores antigos, que a consideravam uma parte importante de seus trabalhos, pois a História era avaliada como uma matéria de ações e discursos. A função precisa dos discursos nos relatos varia de autor para autor, mas a justificativa lógica para o uso deste recurso é a ideia de que os atos são os resultados de decisões conscientes verbalizadas tanto na forma de discursos quanto em diálogos. Neste sentido, uma boa razão para os historiadores atentarem para o que era dito era o fato de que os discursos eram as raízes da vida política. Entretanto, este não é em si o endosso da reprodução dos discursos como uma parte integral da História. Eles constituem um método muito dramático que relembra a longa associação da historiografia com a épica e o drama, que serviam como um reservatório de exemplos morais. Isto sim garantiu que os discursos fossem uma parte importante da composição histórica desde seu início (WALBANK, 1985, p. 242-4).

¹⁶ Um exemplo disto é o grande debate entre Pisão e Cícero (*História Romana III. Guerras Civis III, 52-60*), em que o primeiro defende Antônio e no qual é possível perceber, pelas palavras atribuídas por Apiano a Pisão, a hostilidade do autor para com Cícero (SANCHO ROYO, 1985, p. 24-6).

¹⁷ O *iustitium* constituía-se em uma suspensão temporária de toda atividade jurídica dos magistrados, juízes e tribunais em assuntos de natureza civil por causa de acontecimentos que perturbavam a vida pública, podendo ser proclamado pelo Senado em circunstâncias análogas às do moderno “estado de sítio”.

¹⁸ Otávio recebeu de Horácio o título de vingador de César, sendo este um dos componentes da mística imperial que auxiliou no estabelecimento do Principado (SILVA, 2001, p. 45).

¹⁹ Como o próprio Apiano explica, quando o rei morria, o *interrex* era eleito entre os senadores para governar durante cinco dias, até que outro rei fosse escolhido. Este magistrado também governava por um curto período quando os dois cônsules eram mortos, até que ocorresse novas eleições (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 98).

²⁰ Veléio Patérculo (19 ou 20 a.C. – ?) era romano de origem equestre, autor da *História Romana*, obra escrita durante o governo de Tibério (14-37 d.C.) que abarca desde a fundação de Roma até a ascensão de Tibério ao poder.

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

APPIAN. *Roman History I*. Translation by Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.

_____. *Roman History II*. Translation by Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.

_____. *Roman History III*. Translation by Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.

APIANO. *História Romana I*. Traducción por Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1985.

_____. *História Romana II*. Traducción por Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1985.

_____. *História Romana III*. Traducción por Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1985.

FRONTO, Marcus Cornelius. *Correspondence*. Translation by M. A. C. R. Haines. London: William Heineman, Loeb. 1919. 2 volumes.

VELLEIUS PATERCULUS. *Histoire Romaine T II*: Livre II. Traduit par Joseph Hellegouarc’h. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, Géza. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BUCHER, Gregory S. The Origins, Program, and Composition of Appian’s Roman History. *Transactions of the American Philological Association*. Baltimore, v. 130, 2000. p. 411-58.

CRAWFORD, Michael. *La Republica Romana*. Madrid: Taurus, 1981.

FLOWER, Harriet I. *Roman Republics*. Princeton: University Press, 2010.

- GIL, Luis. *Censura em el mundo antiguo*. Madrid: Alianza, 1985.
- GRANT, Michael. *The Antonines: the Roman Empire in transition*. New York: Routledge, 1996.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). *Política e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Fapesp, p. 147-61. 2009.
- KEAVENEY, Arthur. *Sulla: the last republican*. London and New York: Routledge, 2005.
- LE GLAY, Marce; VOISIN, Jean-Louis; LE BOHEC, Yann. *Histoire Romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: The University Press, 1997.
- MCDONNELL, Myles. *Roman Manliness: vitus and the Roman Republic*. Cambridge: University Press, 2006.
- MILLAR, Fergus. *A Greek Roman Empire: Power and Belief under Theodosius II (408-450)*. Los Angeles: University of California Press, 2007. p. 84-93.
- NICOLET, Claude. O Cidadão. In: GIARDINA, Andrea *et alli* (orgs.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 19-48.
- PETIT, Paul. *Histoire Générale de l'Empire Romain: 1. Le Haute-Empire (27 av. J.-C. – 161 apr. J.-C.)*. Paris: Du Seuil, 1974A.
- _____. *Histoire Générale de l'Empire Romain: 2. La crise Le l'Empire (161-284.)*. Paris: Du Seuil, 1974B.
- RUSSELL, D.A. Introduction: Greek and Latin in Antonine Literature. In: ____ (Ed.). *Antonine Literature*. Oxford: Clarendon, 2002. p. 1-17.
- SANCHO ROYO, Antonio. Introdução. In: APIANO. *História Romana I*. Trad. Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1985. p. 7-39.
- SANTANGELO, Frederico. *Sulla, the elites and the empire: a study of Roman policies in Italy and Greek East*. Leiden and Boston: Brill, 2007.
- SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. London: Routledge, 2004.

SILVA, Gilvan Ventura da. Política, Ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado. *Politeia: historia e sociedade*. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, 2001. p. 29-51.

SOUZA, Alice Maria de. Acerca das interpretações sobre Lúcio Cornélio Sila: breve estudo. *Anais do III Congresso Internacional de História*, 2012. Disponível em <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20%28142%29.pdf>>

WALBANK, Frank W. Speeches in Greek Historians. In: *Selected Papers: studies in Greek and Roman History and Historiography*. Cambridge: University Press, 1985. p. 242-61.